

Auc

16

MANDATO

Ulysses admite ser candidato à sucessão

por Valério Fabris de Florianópolis

O deputado Ulysses Guimarães admitiu ontem, em Florianópolis, que poderá candidatar-se à Presidência da República, caso o PMDB o convoque para essa missão. De forma sinuosa, em um estilo que lhe é bem peculiar, Ulysses Guimarães disse que estará pronto para atender ao chamamento do PMDB, "se o partido entender que eu deva exercer essa missão".

E a primeira vez que o presidente do PMDB e da Assembleia Nacional Constituinte considera, abertamente, a hipótese da candidatura. Ele procura reiterar, porém, que essa sua pretensão nada tem que ver com o périplo nacional que passou a empreender nos estados, visitando os governadores do PMDB. Ele esteve ontem com o governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos.

"A cogitação é precoce", repetiu Ulysses Guimarães sempre que indagado sobre a candidatura à Presidência da República. Ele argumenta, assim, que nenhum grande tema de fundamental importância na cena política deve ser agora levantado, sob pena de desviar as atenções da Assembleia Nacional Constituinte.

te. Mesmo que Ulysses Guimarães se esforce para retirar as eventuais conotações de campanha eleitoral ao périplo nos estados, é óbvio, como diz o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que uma das consequências da viagem é o fortalecimento de sua candidatura.

"É claro que a candidatura não está figurando como uma causa das suas viagens aos estados. Aparece, sim, como consequência", diz Jobim. O deputado gaúcho suspeita até de que Ulysses Guimarães logo se inclinará pela realização das eleições presidenciais já em 1988. Nelson Jobim alinha-se entre os parlamentares que votaram pelo mandato de quatro anos na Comissão de Sistematização da Constituinte.

Outro acompanhante do deputado Ulysses Guimarães em sua incursão ao Sul do País, o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (RS), manifesta-se convicto de que o partido não tem outro candidato. "Ulysses é mais do que candidato do PMDB, é o candidato da unidade nacional", sentença Ibsen Pinheiro, que na Sistematização votou pelo mandato de cinco anos. "O perfil do próximo presidente da República já tem foto-

grafia e nome claramente inscrito embaixo — é o 'doutor' Ulysses", reforça o parlamentar gaúcho.

Durante a entrevista coletiva que se seguiu ao encontro com o governador Pedro Ivo Campos, Ulysses Guimarães foi instigado a mencionar um palpite sobre se o plenário da Constituinte votará por quatro ou por cinco anos de mandato presidencial. Ulysses Guimarães disse não ter o hábito de palpites, nem mesmo de palpites em jogo de bicho.

Ele sublinha, no entanto, que, a despeito de a emenda pelos cinco anos ter recebido mais de 280 assinaturas, "o plenário não é homólogo, não é carimbo de repartição pública". Essa declaração foi interpretada como mais um indício de que Ulysses Guimarães já não é um defensor inarredável dos cinco anos.

O deputado é veemente, também, ao descartar a possibilidade de se inverter a pauta da Constituinte para que se viabilize a votação imediata dos tópicos referentes ao mandato presidencial e ao sistema de governo.

Ele acha que mudança regimental é uma expressão já abolida da Constituinte. "Vou tocar a votação, sem aguardar a apresentação de emenda."

Temores do governo e do "Centrão"

por Mariângela Hamu de Brasília

O governo poderá desistir da fórmula imaginada por seus estrategistas políticos — a inversão da pauta de votações da Constituinte — para definir o sistema de governo e a duração do mandato presidencial logo no início da fase das decisões em Plenário, que começa na próxima quarta-feira. Esta sugestão foi encaminhada ontem à noite ao presidente Sarney, por lideranças do "Centrão" que ainda não estão absolutamente seguras da aprovação do mandato de cinco anos.

Pelo cronograma atual, a duração do mandato será examinada somente no final dos trabalhos, previsto para abril. Ontem, um grupo de parlamentares reuniu-se no apartamento 347 do Hospital Sara Kubitschek em Brasília, onde está internado o deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB de São Paulo, para examinar a conveniência de antecipar a votação.

Em conversa com este jornal, o deputado Cardoso Alves (PMDB) afirmou, após o encontro, que a inversão da pauta não deve ser tentada pelo Planalto "enquanto não estivermos absolutamente certos de que venceremos". "Não tenho dúvidas de que a emenda do deputado Matheus Lensen, que define um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, será aprovada em Plenário, mas sou pelo velho ditado 'o seguro morreu de velho' e prefiro me garantir", afirmou Cardoso Alves.

Na reunião, da qual participaram os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), José Lourenço (PFL-BA), Amaral Neto (PDS-RJ), Gastone Righi (PTB-SP), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), Jorge Vianna (PMDB-BA), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Dado Coimbra (PMDB-RJ), e Edison Lobão (PFL-MA), o grupo decidiu encaminhar ao presidente da Constituinte um pedido para que não haja votações nos fins de semana.

"Isto não foi uma reunião formal, mas aproveitamos o encontro para examinar algumas questões fundamentais para nós", afirmou o deputado Eraldo Tinoco. Segundo ele, o "Centrão" não pode enfrentar esta fase definitiva dos trabalhos sem uma estratégia, e decidiu-se que, a partir de hoje, o deputado Bonifácio de Andrada se encarregará de desenhar os caminhos que serão trilhosados pelo grupo.

Os deputados — todos ligados ao governo — decidiram também encaminhar ao deputado Ulysses Guimarães novas queixas contra o "Diário da Constituinte", apresentado em cadeia de rádio e televisão todos os dias, que, segundo o deputado Roberto Cardoso Alves, já discrimina o Centrão.

No Paraná, um apelo à agilização das votações da nova Constituição

por Jaime Soares de Assis de Curitiba

O deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB e da Constituinte, reuniu-se ontem pela manhã, em Curitiba, com o governador do Paraná, Alvaro Dias, e solicitou o seu empenho para que a bancada paranaense permaneça o máximo de tempo possível em Brasília com o objetivo de acelerar os trabalhos da Constituinte.

Ulysses declarou que pretende agilizar a votação, reunindo vários pontos para a apreciação "em lotes" pelo Plenário. Na conversa com Dias, o presidente da Constituinte pediu o esforço do governador no

sentido de que oriente sua bancada para que "utilize com mais parcimônia a ida à tribuna" e restrinja o uso do recurso do destaque a "casos essenciais".

Estas questões foram apresentadas à direção regional do partido e a parlamentares constituintes paranaenses em reunião, a portas fechadas, no Palácio Iguazu, sede do governo paranaense, em Curitiba.

Dias discutiu com Ulysses, também, a questão do início da vigência da reforma tributária. Ele defende que a reforma entre em vigor imediatamente após a promulgação da Constituição. Esta questão está definida no interior dos partidos, disse Dias, após o en-

contro. "Há um consenso dos partidos" no sentido de que a reforma tributária passe a vigorar assim que a nova Carta tiver sido promulgada. "Nós não podemos esperar mais um ano", afirma o governador, acrescentando que a medida irá possibilitar a descentralização administrativa e dar maior eficiência ao Estado que poderá evitar gastos paralelos.

Em relação à definição do período de mandato do presidente da República, José Sarney, Ulysses declarou que espera que esta questão seja decidida "em seis semanas, com a votação dos constituintes". Ele não acredita em uma composição entre as diversas

correntes que divergem em relação ao tempo de mandato para Sarney e a forma de governo, se parlamentarista ou presidencialista: "A respeito disso não haverá acordo; isso vai ser decidido no voto e quem puder mais chora menos", disse.

O presidente da Constituinte manterá um encontro, hoje, com o senador Mário Covas, do PMDB, para discutir a questão da antecipação da votação do período de mandato de Sarney. Segundo Alvaro Dias, que é a favor da medida, esta antecipação dependeria de "um acordo de lideranças", uma vez que o regimento não permitiria a alteração da ordem de votação.

Os argumentos de Dias em defesa de Sarney

por Jaime Soares de Assis de Curitiba

O governador do Paraná, Alvaro Dias, reiterou ontem sua posição favorável ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. "Hoje eu defendo o mandato de cinco anos", afirmou o governador a este jornal, considerando este período necessário para a adequação das constituições estaduais e a elaboração da legislação ordinária e complementar, que deverá ocorrer após a promulgação da Constituição federal. A justificativa apresentada por Dias foi o curto mandato que restaria ao presidente Sarney para efetuar esta adequação legislativa. "Se a votação fosse em agosto do ano passado, como estava previsto, eu defenderia os quatro anos", assinalou. Ele argumenta, também, que em meio a uma eleição presidencial neste ano, se correria "um sério risco" de se ter questões definidas "em conformidade com interesses eleitorais".

"Antes da eleição para a Presidência é necessário a implantação de uma ordem jurídica", acha o governador. Ele defende, também, a antecipação da votação do mandato presidencial na Constituinte. "É preciso encerrar o tumulto que provoca a discussão do tempo de mandato", declarou. Após a definição, a Constituinte poderia tratar das questões de consenso e votar os itens relativos à economia e à política social, complementou.

GOVERNO

Cardoso diz que ocupou um espaço

por Yves Léon Winandy de Belo Horizonte

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso (PMDB), não dá mostras de ter ficado particularmente satisfeito com a indicação de seu secretário da Fazenda, João Batista de Abreu, para o cargo de titular da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Sepplan). "Não acho que tive nenhuma vitória nesta questão", respondeu, ontem, às 12 horas, em entrevista concedida no hangar do governo no aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte.



Newton Cardoso

Voltando de Brasília, para onde foi às 15h30 de terça-feira e onde, à noite, anunciou a indicação de Abreu para substituir o atual ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira — um dos principais articuladores de sua campanha ao governo do estado em 1986 —, Cardoso foi comedido em suas afirmações. "Politicamente, Minas mantém um ministério", comentou, por exemplo, ao ser perguntado sobre os reais benefícios que o estado teria com a nova nomeação.

"Fiz minha obrigação, ao ocupar um espaço a nós (mineiros) reservado", afirmou. "O presidente José Sarney telefonou pedindo para que eu fosse a Brasília ajudar na indicação de um técnico para a Sepplan. Se eu forçasse a indicação de um político (para o cargo) eu teria êxito, mas não quis forçar. Entendo que um técnico seria melhor", disse o governador, no início da entrevista.

A seguir, outro comentário: "Não há vantagem para o estado (com a indicação). É uma contribuição do estado à República". De acordo com Cardoso, "Minas sai perdendo (com a escolha de Abreu)", pois a decisão é como "desvestir um santo e vestir outro". "Estamos oferecendo um serviço ao País", acrescentou, desta vez referindo-se mais à competência de seu (ainda) secretário da Fazenda.

Abreu, que assumiu seu posto no governo mineiro em março do ano passado, graças às suas qualificações de economista experimentado em funções da Se-

plan e do Ministério da Fazenda, deverá assumir o ministério na próxima terça-feira. Para seu lugar, na secretaria mineira, deverá ser indicado o atual secretário-adjunto, Luiz Fernando Gusmão Wellisch, considerado um dos economistas mais ligados ao novo ministro.

"Tenho o nome (para o lugar de Abreu). E o dr. Wellisch", disse Cardoso, ontem, na Pampulha. Caso seja confirmada a escolha, fica clara a decisão do governador de continuar prestigiando um trabalho do tipo "técnico" na Secretaria da Fazenda, em detrimento de uma abordagem mais política. Wellisch as-

"O Aníbal era um ministro 'capenga'"

sumiu a secretaria adjunta por indicação de Abreu e até ontem estava sendo cotado como um dos economistas que se transfeririam para Brasília, para assessorá-lo na Sepplan.

O governador mineiro também esclareceu que o novo ministro do Planejamento deverá assumir "com todos os poderes do cargo", podendo indicar, inclusive, seu secretário-geral, o que não ocorreu com o titular da pasta de missionário, Aníbal Teixei-

Faccioni apela ao STF

O deputado Ulysses Guimarães terá de enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) explicações sobre os motivos pelos quais o ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, não foi convocado para prestar explicações à Câmara dos Deputados sobre as denúncias de corrupção na concessão de verbas públicas. Ontem o deputado Victor José Faccioni (PDS-RS) ingressou no STF com uma notificação judicial contra Ulysses Guimarães, pedindo o prazo de 24 horas para que ele apresente as razões da não convocação do ex-ministro, relatou a Agência Globo.

Caso o ministro Francisco Rezek, para quem o processo foi distribuído, aceite o pedido

de esclarecimentos de Faccioni, Ulysses terá um prazo de 24 horas para prestar suas explicações ao Tribunal. Além das razões da não convocação de Aníbal Teixeira, Victor Faccioni espera que o deputado Ulysses Guimarães responda por que a Câmara dos Deputados não atende, sistematicamente, nos prazos regimentais, aos requerimentos de convocação de ministros de Estado.

Como Aníbal Teixeira está demissionário e deverá ficar à frente da Secretaria do Planejamento (Sepplan) somente até a próxima segunda-feira, Faccioni espera que a notificação judicial faça com que Ulysses decida pela convocação do ministro.

ra. "O Aníbal recebeu o cargo com encargos — entre eles, o de não nomear o secretário-geral", comentou. "Era um ministro capenga."

"Não sou um policial. As denúncias devem ser apuradas com todo o rigor", afirmou, posteriormente, ao ser indagado sobre as acusações de corrupção na gestão de Teixeira, que ora se encerra. Quanto à candidatura desse ex-deputado federal (pelo PMDB, em 1982) à prefeitura de Belo Horizonte, nas eleições deste ano, Cardoso repetiu: "É a convenção (do partido) que vai avaliar".

Em Brasília, terça-feira no final da tarde e ontem pela manhã, Cardoso reuniu-se também com os ministros Prisco Viana, da Habitação, e Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações. Com o primeiro, assinou "alguns convênios", não especificados, na área da habitação ("alguns investimentos já previstos"). Com o segundo conseguiu, pelo que disse, ampliar a participação de Minas na distribuição das verbas do grupo Telebrás.

"Aumentamos em 20% os investimentos em telecomunicações no estado", explicou durante a entrevista. Minas Gerais, esclareceu, participava apenas com 5% dos investimentos

de Telebrás em todo o País. "Agora, passamos para 8% desse total", afirmou o governador. Um resultado prático disso, informou Cardoso, é que 130 localidades mineiras que até agora não têm telefone e deverão, a curto prazo, passar a ser atendidas pelo sistema.

Com relação à próxima reunião de governadores do PMDB, em Minas, no final do mês, ele esclareceu que deverá ser dividida em

"Denúncias devem ser apuradas com rigor"

duas partes: um jantar em Belo Horizonte, no dia 28, e uma reunião formal, dia 29, em Montes Claros, no norte de Minas. "O encontro (de governadores) é no dia 29", afirmou. Para essa data está marcada uma reunião da Sudene, em Montes Claros. Até ontem, a idéia do governo era a de realizar o encontro de todos os governadores em Belo Horizonte, dia 28, deixando o dia seguinte apenas para as deliberações da Sudene.

Maciel e Krause manobram pela redução do mandato

por Milton Wells do Recife

O PFL pernambucano começa esboçar uma tentativa de reverter o apoio de parte da sua bancada na Constituinte favorável à emenda que dá um mandato de cinco anos ao presidente José Sarney.

O ex-governador Gustavo Krause, uma espécie de "ponta-de-lança" do senador Marco Maciel, presidente nacional do partido e principal líder do PFL no estado, tem feito vários telefonemas para Brasília buscando convencer seus correligionários a seguir uma tendência da opinião pública que, segundo ele, é pelo fim da transição e por eleições diretas em 1988.

Krause acha que ainda existe tempo hábil para que o plenário da Constituinte possa ratificar a decisão adotada pela Comissão de Sistematização e informa que conta com a reversão das posições de pelo menos três deputados do PFL de Pernambuco, que assinaram a emenda pelos cinco anos. "Os três José (José Tinoco, José Mário e José Jorge) vão se alinhar com a ala progressista do partido", diz Krause.

Com isso, ele acredita que de uma bancada de oito deputados pelo menos a metade não acompanhará o "Centrão" na tentativa de aprovar a emenda dos cinco anos. Do PFL de Pernambuco apenas o senador Marco Maciel e o deputado Joaquim Francisco não assinaram a emenda pelos cinco anos.

Para Krause, o PFL foi um dos partidos responsáveis pela transição do regime militar para o civil. E a opção pelos quatro anos de mandato é oportunidade de repetir um gesto que atende os anseios de toda sociedade brasileira. "É fundamental que os companheiros que assinaram a emenda pelos cinco anos percebam e entendam a dimensão deste gesto", argumentou o ex-governador, em entrevista a este jornal.

Em sua opinião, o comportamento do PFL durante a votação do mandato do presidente José Sarney representará a hora do "encontro com a verdade". Para ele, será a oportunidade em que o senador Marco Maciel poderá, enfim, recuperar seu controle, no momento esvaziado, sobre o partido, em razão da influência do ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães.

"Não há dúvida que Antonio Carlos ocupou um espaço da liderança", admite o ex-governador. "Mas o velho político utiliza métodos antigos, e Maciel deverá restabelecer a sua ascensão sobre o partido."

Krause considera este um ponto vital no debate interno do PFL, numa analogia ao PMDB, e admite igualmente a possibilidade de uma divisão do partido, caso os desdobramentos políticos não coincidam com as pretensões de suas lideranças. "Esta é uma opinião pessoal, mas não há dúvida de que os fatos conduzirão a este desfecho", prevê Krause.

AGENDA

Bernardo Cabral conclui relatório sobre emendas

por Andrew Greenlees de Brasília

No início da noite de ontem, o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e os relatores adjuntos José Fogaça (PMDB-RS), Adolpho de Oliveira (PL-RJ) e Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC) fariam a última revisão dos pareceres às 2.023 emendas apresentadas ao projeto da Comissão de Sistematização.

Até meia-noite, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, deveria receber uma cópia dos pareceres para divulgar hoje.

Fogaça reafirmou que foram acolhidas todas as 28 emendas coletivas (com mais de 280 assinaturas), apesar de, pessoalmente, Cabral discordar das propostas como o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, o presidencialismo e as emendas do "Centrão". O relator, fará, até, um relatório separado sobre as emendas que deviam merecer pedidos de votação em separado para derrotar as teses às quais é contrário.